

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
29 de outubro de 2007 - Nº 38 - www.sindipetrocaxias.org.br



Campanha Reivindicatória 2007/2009



Assembléias rejeitam a contra-proposta e aprovam o Estado de Greve

A base do Sindipetro-Caxias, Reduc e Tecam, rejeitaram por maioria absoluta a contra-proposta da empresa no último dia 11/10. Amplíssima maioria diz não a proposta da Empresa, e sustenta na

porta da fábrica a indicação da diretoria do Sindipetro e da FUP de rejeição. Na construção da mobilização, foi aprovado o Estado de Greve e Assembléias Permanente até o final da campanha salarial.



TOTAL GERAL	SIM	NAO	ABST
Rejeição da Contra-proposta	397	0	4
Estado de Greve	365	18	17
Assembléia Permanente	390	5	6

Petroleiros rejeitam contraproposta e aprovam estado de greve

FUP cobra da Petrobrás retomada imediata das negociações com foco nas reivindicações da categoria

Federação reúne-se com os sindicatos na terça-feira, 30, para discutir calendário de mobilizações

A direção colegiada da FUP apresentou à Gerência de RH da Petrobrás na quinta-feira, 25, o resultado nacional das assembléias realizadas pelos sindicatos filiados e cobrou a retomada das negociações com a empresa na semana que vem. Em todas as bases, a contraproposta apresentada pela Petrobrás foi maciçamente rejeitada pelos petroleiros, que atenderam aos indicativos da FUP e decretaram estado de greve e assembléias permanentes. A FUP cobrou que a Petrobrás reinicie imediatamente o processo de negociação tendo como base a pauta dos trabalhadores. A empresa concordou em agendar para a próxima semana uma nova rodada de negociação, com data ainda a ser definida. **A Federação já convocou uma reunião com os sindicatos**

filiados na terça-feira, 30, para discutir um calendário de paralisações e a qualificação das mobilizações.

Na reunião, a FUP voltou a cobrar da Petrobrás a implementação do convênio da Petrobrás com a Caixa Econômica Federal para financiamento habitacional dos trabalhadores da ativa, a participação da FUP no Conselho Gestor do Promimp (Programa de Mobilização da Indústria Pesada) e o pagamento dos níveis devidos aos trabalhadores que foram anistiados em decorrência da participação nas greves de 94 e 95. A Petrobrás informou que a CEF ainda está avaliando as alterações propostas pela empresa sobre a margem consignável e outras questões relacionadas ao convênio. A Gerência de RH declarou que tem

feito gestões junto à Caixa para agilizar o processo.

Nova contraproposta - A FUP destacou que a contraproposta apresentada pela Petrobrás não avançou como deveria no atendimento das reivindicações da categoria e por isso foi categoricamente rejeitada pelos trabalhadores. A Federação cobrou a retomada imediata das negociações, com foco na pauta dos trabalhadores, para que a empresa construa uma nova contraproposta que contemple as principais bandeiras de luta dos petroleiros. A FUP ressaltou que a Petrobrás tem plenas condições de responder as reivindicações da categoria, já que a pauta dos trabalhadores foi amplamente detalhada na mesa de negociação.

Fonte: Informe FUP

Principais reivindicações do Acordo Coletivo

- **Acordo** único para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás;
- **Aumento** real;
- **Auxílio** ensino superior, unificação das tabelas de reembolso dos benefícios educacionais;
- **Gestão** da AMS e da Petros;
- **Organização** por Local de Trabalho;
- **Reconhecimento** da periculosidade nas unidades operacionais;
- **Recomposição** dos efetivos próprios com foco na primeirização e políticas de crescimento da Petrobrás;
- **Redução** da jornada de trabalho sem redução de salário;
- **Tratamento** do dia de desembarque nas unidades marítimas e terrestres considerado como dia trabalhado,;
- **Igualdade** de condições de trabalho para os terceirizados;
- **Participação** dos trabalhadores no Conselho de Administração a Petrobrás, entre outras reivindicações.

FUP repudia manifestação de nudez realizada por sindicatos dissidentes e esclarece que esta não é a prática sindical da categoria petroleira

A direção colegiada da Federação Única dos Petroleiros repudia a equivocada manifestação de nudez realizada por meia dúzia de supostos aposentados da Petrobrás e dirigentes sindicais em frente ao edifício-sede da empresa, na quinta-feira, 25. A FUP esclarece que não teve qualquer participação neste lamentável episódio, realizado por representantes de sindicatos que não são filiados à Federação.

O ato sensacionalista de nudez que marcou o protesto feito por essas pessoas não condiz com a prática sindical da categoria e fere a história de luta e respeito que os trabalhadores do Sistema Petrobrás construíram coletivamente ao longo das últimas décadas. Mesmo nos mais difíceis enfrentamentos realizados pelos

petroleiros, as direções sindicais sempre foram coerentes e responsáveis em suas mobilizações e manifestações públicas. Nas greves com parada de produção, nas condenações arbitrárias do Tribunal Superior do Trabalho, nas demissões e punições realizadas pelos governos neoliberais e autoritários, a FUP e seus Sindicatos jamais expuseram os petroleiros a constrangimentos, como fizeram agora meia dúzia de supostos aposentados e dirigentes sindicais em uma manifestação infundada e sem eco perante a categoria e a sociedade brasileira.

Portanto, em nome dos trabalhadores do Sistema Petrobrás, a direção da FUP enfatiza que a atitude insana destas pessoas foi uma manifestação isolada, que, teve

repercussão negativa entre os trabalhadores. A Federação Única dos Petroleiros lamenta profundamente a ofensa e o ridículo a que foram expostos os trabalhadores do Sistema Petrobrás e torna a ressaltar que não são essas as práticas sindicais da nossa categoria.

Federação Única dos Petroleiros, Sindipetro Norte Fluminense, Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo, Sindipetro Duque de Caxias, Sindipetro Rio Grande do Sul, Sindipetro Paraná/Santa Catarina, Sindipetro Minas Gerais, Sindipetro Espírito Santo, Sindipetro Pernambuco/Paraíba, Sindipetro Rio Grande do Norte, Sindipetro Ceará, Sindipetro Amazonas, Sindipetro Rio Grande e Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia

Mais de 3,7 milhões de brasileiros querem a anulação do leilão da Vale

As entidades organizadoras do plebiscito sobre a Companhia Vale do Rio Doce divulgaram os números finais da consulta popular realizada em setembro em 3.200 municípios do país. O resultado da votação foi expressivo: 3,7 milhões de pessoas votaram afirmaram que o controle da Vale deve voltar para o Estado brasileiro. Ou seja, 94,5% dos votantes foram contra a privatização da empresa, ocorrida durante o governo FHC. “O plebiscito foi um grande exercício

pedagógico de recriação da cidadania.

Foram mobilizados mais de 104 mil militantes em todo o Brasil e o resultado foi uma grande pesquisa de opinião nacional”, afirma Luiz Bassegio, da Secretaria Continental do Grito dos Excluídos, uma das 64 entidades organizadoras da consulta popular.

Os movimentos sociais pretendem usar o resultado plebiscito para pressionar os juízes da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a recusar o recurso

apresentado pela direção da Vale do Rio Doce que quer impedir o julgamento do mérito das 69 ações populares, iniciadas na 1ª Vara Federal de Belém, que pedem a anulação do leilão da empresa. Até o momento, somente dois dos oito juízes aptos a votar - Luiz Fux e José Delgado - já divulgaram seus votos, ambos favoráveis à direção da Vale. O julgamento permanece paralisado desde junho, quando o ministro João Otávio Noronha pediu vista do processo.

